



Fidelidade partidária, financiamento público das campanhas e voto distrital misto estão entre as propostas consideradas mais importantes

## Reforma política deve ter prioridade no Senado



Jefferson Péres acredita que "há boas razões dos dois lados" na crise entre os estados e a União, e prega o diálogo para resolvê-la

### Jefferson propõe diálogo entre Minas e União

Na crise entre o governo de Minas Gerais e o governo federal, acredita o senador Jefferson Péres, "está na hora de os bombeiros entrarem em campo". Péres é um dos autores da proposta, rejeitada na Comissão de Assuntos Econômicos, de convidar os governadores para expor a situação financeira dos estados.

PÁGINA 4

### Bezerra rejeita novo imposto

Para o senador Fernando Bezerra, será um erro aprovar o chamado "imposto verde" isolado de uma ampla reforma tributária.

PÁGINA 4

O senador Sérgio Machado, líder do PSDB e relator da comissão especial que estudou a reforma político-partidária, prevê que este será um dos temas prioritários após o início dos trabalhos legislativos, na próxima semana.

"A sociedade está madura para as mudanças", afirma Machado, que pretende se concentrar em cinco pontos: fidelidade

partidária, financiamento das campanhas, voto distrital misto, cláusula de desempenho e proibição de coligações.

As propostas da comissão especial estavam prontas para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania durante a convocação extraordinária de janeiro, mas os líderes decidiram reapresentá-las para discussão na nova legislatura.

PÁGINA 3

### SESSÃO SOLENE

### Congresso instala trabalhos na segunda

Em sessão solene às 15h45 de segunda-feira, o Congresso Nacional instalará os trabalhos da Primeira Sessão Legislativa da 51ª Legislatura. A solenidade será presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, que na chegada ao Congresso passará em revista a Guarda de Honra e assistirá ao hasteamento das bandeiras e à execução do Hino Nacional. Com a abertura oficial dos trabalhos, os líderes partidários darão início à composição das comissões permanentes do Senado e da Câmara.

PÁGINA 2



Jucá garante que perfil do desmatamento mudou, com maior controle do meio ambiente

## Jucá descarta ação predatória na Amazônia

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que as informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) no último dia 11, acerca do desmatamento da Amazônia, não confirmam que houve aumento de ação predatória contra a floresta.

Para ele, os dados podem indicar que a mata nativa foi substituída pela cobertura vegetal de grandes projetos agropecuários, o que, em sua análise, é benéfico para a região. Segundo os dados divulgados pelo Inpe, até 1998 13,7% da Amazônia estavam desflorestados. A área é equivalente ao tamanho do estado da Bahia.

Jucá entende que essa substituição "de certa forma, também ajuda a região", porque traz o desenvolvimento e contribui "para que outras áreas não sejam depredadas sem controle ou acompanhamento". Ele lembrou que há três anos o desmatamento registrado ocorria principalmente em pequenas propriedades e era motivado pela falta de tecnologia dos agricultores, que se viam sem condições de reflorestar as áreas atingidas.

Agora, de acordo com o senador, o perfil do desmatamento mudou e a substituição da mata ocorre com controle ambiental e fiscalização dos institutos de meio ambiente dos estados envolvidos e do governo federal.

# Congresso instala trabalhos em sessão solene na segunda

Ato será presidido pelo senador Antonio Carlos Magalhães, que receberá mensagem do presidente da República

O Congresso Nacional realiza na segunda-feira, às 15h45, sessão solene de instalação dos trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. A sessão será dirigida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado e do Congresso, e se realizará no plenário da Câmara dos Deputados. Não haverá oradores.

Conforme o Regimento Comum, também integrarão a Mesa o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello. Deverão estar presentes altas autoridades civis, eclesiásticas, militares e diplomáticas, convidadas.

Depois de abertos os trabalhos, o presidente do Congresso anunciará a presença, nas dependências do Legislativo, do chefe da Casa Civil, ministro Clóvis Carvalho, que entregará a mensagem presidencial, cuja introdução será lida pelo primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima.

A cerimônia será iniciada com a



Com a sessão de segunda-feira, Congresso marca seu retorno às atividades normais, sem as limitações do período em que atuou de forma extraordinária

chegada do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, à esquerda da entrada que dá acesso à rampa do Congresso, onde o chefe do Cerimonial o estará aguardando para conduzi-lo ao local em que será recepcionado pelo comandante da Guarda de Honra.

Ao toque de saudação da tropa, o comandante acompanhará Antonio Carlos Magalhães, que fará rápida deferência ao Pavilhão Nacional e passará a tropa em revista, e logo após cumprimentará o comandante e se dirigirá ao pé da rampa.

Lá estarão à espera do presidente do Congresso os secretários-gerais, diretores-gerais e diretores de Relações Públicas das duas Casas,

que o conduzirão ao *plateau* da rampa, onde encontrarão o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e demais membros da Mesa do Congresso.

Nesse momento, Antonio Carlos Magalhães se voltará na direção do Pavilhão Nacional para assistir o hasteamento das bandeiras das duas Casas, quando será executado o Hino Nacional.

Encerrada essa parte do Cerimonial, as autoridades conduzirão o presidente do Congresso pelo tapete vermelho assentado no Salão Negro até o plenário da Câmara dos Deputados, onde se realizará a sessão solene de instalação dos trabalhos legislativos.

## Marluce pede comissão para Amazônia

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) vai lutar, logo após o reinício dos trabalhos legislativos, pela criação da Comissão Permanente da Amazônia. Será a oitava comissão temática do Senado, caso seja aprovado o projeto de resolução que Marlu-



Marluce Pinto

ce apresentou com esse objetivo.

— A instalação de uma comissão permanente para discutir os problemas da Amazônia significará uma contribuição fundamental para tentar corrigir o desequilíbrio que o Norte enfrenta com relação às outras regiões do país —

opinou a senadora.

Na opinião dela, um dos motivos para o Norte ser a região menos povoada do país é a falta de investimentos maciços e permanentes do governo federal em projetos de infra-estrutura. "Somente uma política específica para a Amazônia poderia impulsionar o desenvolvimento", observa.

## Freire quer debater a política industrial

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu a extensão da redução do IPI concedida à indústria automobilística a outros setores da economia. Ele pediu que seja adotada uma política de desenvolvimento com alcance nacional.

Mesmo reconhecendo a necessidade de o governo resolver problemas específicos, Freire acha que a redução do IPI foi mais fruto "de pressão da indústria automobilística e de sindicatos de trabalhadores que efetivamente de uma política em nível nacional". O senador quer o início de uma discussão sobre a política industrial.

Em sua opinião, o governo deveria implementar uma nova política econômica "que visse a ser uma retomada do desenvolvimento". Ele também defende prioridade para a votação da reforma tributária.

## Heloísa Helena é contra novo imposto

Por considerar que a criação de um novo tributo sobre os combustíveis implicará o aumento dos custos da produção, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) antecipou sua posição contrária à criação do "imposto verde", mesmo que sua previsão de arrecadação já esteja incluída no Orçamento de 1999.

— O "imposto verde" não unifica tributos, ele é cobrado de forma adicional ao ICMS. Nada mais é do que um novo imposto que vai aumentar a carga tributária e, provavelmente, elevar os custos da produção. Este não é o momento para se pensar nisso — comentou.

A senadora por Alagoas também criticou a inclusão do "imposto verde" como fonte de receita no Orçamento da União para 1999 sem que ele tenha sido aprovado pelo Congresso. Heloísa Helena levantou a hipótese de que pessoas ou grupos políticos poderiam estar sendo favorecidos com a medida.

## Estevão diz como tributo será cobrado

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) defendeu a criação do "imposto verde" a ser cobrado nos preços dos combustíveis, em entrevista que irá ao ar hoje na TV Senado, às 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Luiz Estevão explicou como vai funcionar a cobrança e qual será o destino da arrecadação. Ele reconheceu que outros parlamentares são contra a criação do "imposto verde".

O senador comentou ainda sobre a Lei Kandir e a posição de outros municípios em relação ao problema.

Para Luiz Estevão seria melhor não recorrer ao FMI, mas, com o crescimento do déficit fiscal, não havia outra alternativa.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Machado prevê prioridade para reforma política

Segundo o líder do PSDB no Senado, o Congresso e a sociedade estão “maduros” para promover, nesta legislatura, mudanças que incluem a exigência de fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas eleitorais

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), aposta que a reforma político-partidária será um dos temas prioritários a serem examinados pela Casa, assim que os trabalhos da 51ª Legislatura se iniciarem, na próxima segunda-feira. “A sociedade está madura para mudanças, como a instituição da fidelidade partidária e o financiamento público das campanhas eleitorais que, no fundo, significam a moralização das atividades legislativas”, afirma ele.

No final da legislatura passada, durante a convocação extraordinária em janeiro, as propostas da comissão especial do Senado que estudou o assunto estavam prontas para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas não chegaram a ser apreciadas. Por consenso das lideranças partidárias, ficou decidido que não seriam arquivadas, conforme prevê o Regimento Interno, mas reapresentadas.

Sérgio Machado anunciou, em entrevista, que vai “centrar fogo” em

cinco pontos que considera essenciais: fidelidade partidária, financiamento público de campanhas, voto distrital misto, cláusula de barreira (ou desempenho) para os partidos e proibição de coligação.

Em relação aos parlamentares, Machado exhibe pesquisas de opinião, feitas entre 85% dos integrantes do novo Congresso, mostrando ser grande o nível de aprovação dos 11 itens da reforma política, que constam de três projetos de lei e oito propostas de emenda constitucional (PECs). “Há quase unanimidade em relação ao financiamento público e 75% são favoráveis ao voto distrital misto, embora o voto facultativo tenha índices bem piores”, informou.

Para o senador pelo Ceará, a disposição já manifestada por muitos parlamentares de apresentar emendas e até mesmo novos projetos sobre pontos da reforma não representam um complicador. “Todas as propostas serão bem-vindas, podendo tramitar em conjunto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Não interessa saber

quem foi o pai (ou mãe) da fórmula vencedora. O importante é aprovar a melhor”, garante.

Sérgio Machado cita a fidelidade partidária como emblemática da reforma. “Na legislatura 91/94 houve 267 congressistas trocando de partido; entre 95 e 98, houve 240. O ano de 1999 já começa com 40 mudanças. Isso mostra a fragilidade do sistema político, e traz grande frustração no eleitorado. As pesquisas mostram que sete entre dez brasileiros não se lembram de seus votos, a não ser para presidente da República.”

O eixo da reforma política é o fortalecimento dos partidos. “É essa a justificativa para a cláusula de desempenho – exigência de 5% dos votos na Câmara dos Deputados para que o partido receba dinheiro do Fundo Partidário e tenha acesso à propaganda gratuita no rádio e na TV. Não se trata de estrangular os pequenos partidos”, diz Machado, admitindo, porém, que sobrarão apenas sete ou oito partidos políticos no país, dentro de alguns anos.



Caberá aos senadores dar início à tramitação da reforma político-partidária, que depois será examinada pela Câmara dos Deputados

## AS PRINCIPAIS MUDANÇAS PROPOSTAS



### Voto distrital misto

O sistema eleitoral misto, proposto para as eleições para deputados federais, combina dois sistemas clássicos: o proporcional, cujo objetivo é assegurar a representação das minorias e das principais correntes político-ideológicas existentes na sociedade; e o sistema distrital puro, para permitir a proximidade entre o eleitor e os políticos e a representação adequada das diversas regiões e subregiões geográficas de cada estado.

Na prática, metade dos deputados será eleita por maioria de votos em seus distritos e a outra metade por votos de legenda, destinados a listas partidárias decididas em convenções regionais de cada partido.

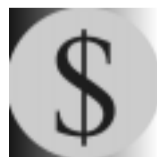
Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), o voto distrital misto terá o mérito de fazer com que o espectro partidário se torne mais enxuto e coerente com a realidade sociológica do Brasil. “Existem cinco ou seis correntes políticas importantes no Brasil e somente essas sobreviverão ao sistema.” Por coerência, ficam proibidas as coligações partidárias.



### Voto facultativo

Com relação à proposta de voto facultativo, o relatório final da Comissão da Reforma Político-Partidária observa que nas principais democracias representativas o voto é sempre facultativo.

Além disso, faz notar que a obrigatoriedade do voto, na prática, não tem ocorrido, “visto que após os pleitos eleitorais tem havido a apresentação e aprovação de projetos de lei anistando os faltosos”. O relatório mantém a obrigatoriedade do alistamento eleitoral para os maiores de 18 anos e menores de 70 anos.

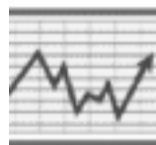


### Nova forma de financiar campanhas

A proposta tramita em forma de projeto de lei, prevendo a exclusividade do financiamento público das campanhas eleitorais. “Além de fortalecer a democracia, deixando os concorrentes em igualdade de condições, a proposta vai eliminar as práticas de ‘caixa-dois’ e

corrupção que hoje permeiam as contribuições de empresas e pessoas a candidatos e partidos”, afirma o senador Sérgio Machado.

Ele rebate as alegações de que o governo não tenha dinheiro suficiente nem para atividades primordiais como saúde e educação. “O atual financiamento, através de contribuições de pessoas e empresas, vem indiretamente do Tesouro (super-faturamento de obras, tráfico de influência). Ninguém dá dinheiro de graça”, argumenta.

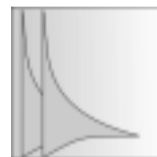


### Cláusula de desempenho partidário

A proposta, apresentada em forma de projeto de lei, limita o acesso dos partidos ao Fundo Partidário e à propaganda gratuita no rádio e na TV àqueles que obtiverem pelo menos 5% do total dos votos nas eleições para a Câmara dos Deputados, com um mínimo de 2% em pelo menos nove estados da Federação. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Embora não proíba a existência de partidos pequenos, na prática,

a cláusula de desempenho pode restringir o espectro político do país a alguns poucos partidos, conforme atestam as estatísticas das eleições/98, quando somente sete preencheram as exigências.



### Segundo turno só para presidente

A realização do segundo turno nas eleições para governadores e prefeitos tem sido alvo de muitas críticas de parlamentares como o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), sob o argumento de que “o instrumento tem servido para fragmentar o sistema partidário e estimular a fogueira de vaidades”. Ele afirma que, dessa maneira, o segundo turno contraria o objetivo básico da reforma política, que é o fortalecimento dos partidos políticos.

A proposta de emenda constitucional muda, ainda, a data de posse dos governadores para 4 de janeiro e a do presidente da República para o dia 6. A posse de prefeitos e de deputados estaduais foi fixada para 2 de janeiro e a dos senadores e deputados federais para o dia 6.



### Fidelidade partidária

A proposta prevê a perda automática do cargo eletivo, no caso de o ocupante deixar o partido político pelo qual foi eleito, excetuando-se situações de fusão, incorporação ou fundação de novo partido. Também perderá o mandato o congressista que votar contra as decisões partidárias aprovadas em convenção.



### Mandato de seis anos para senador

Também fazem parte da reforma duas PECs dispostas sobre senadores. A primeira encurta de oito para seis anos o mandato de senador, enquanto a segunda diz respeito à suplência de senadores. A proposta prevê que, no caso de ocorrer vaga por morte ou impedimento, faltando 60 dias ou mais para o final do mandato, o substituto para cumprir o restante do tempo deverá ser eleito no primeiro pleito regular a se realizar.

# Jefferson defende diálogo para debelar crise mineira

Senador acha que há boas razões de ambas as partes e defende acordo entre MG e União para superar dificuldades políticas e econômicas

“Está na hora de os bombeiros entrarem em campo”, disse o senador Jefferson Péres (PDT-AM), ao analisar a crise entre o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e o governo federal.

Ele acredita que a recusa da maioria governista da Casa em convidar os governadores para exporem ao Senado a situação financeira dos estados contribuiu para o agravamento do conflito. “É que Itamar Franco se viu impedido de dar sua versão sobre a moratória”, afirmou.

A proposta de convidar os governadores partiu de Jefferson Péres e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Jefferson entende que “foi mal interpretado” pela bancada que apóia o governo. “O que nós estávamos querendo era dar início ao diálogo e a recusa da comissão ser-



Jefferson defendeu vinda de Itamar Franco ao Senado para explicar moratória

viu para insuflar os ânimos e aumentou o fosso”, disse.

Para Jefferson Péres, no conflito entre a União e os estados, “há boas razões de ambas as partes”. Ele explicou que o governo federal está

“diante da necessidade de fazer o ajuste fiscal e fica preocupado que um tratamento diferenciado para um estado específico acarrete a necessidade de renegociar as dívidas de todos os estados”.

## PENÚRIA

Por outro lado, avalia o senador amazonense, “os estados estão em situação de penúria, alguns sem condições sequer de pagar os salários do funcionalismo, sem dinheiro até para o custeio mais essencial”.

Para os que exigem que os estados também façam um ajuste fiscal, o senador responde dizendo que isso “leva tempo porque nem sempre os cortes podem ser feitos no curtíssimo prazo”. Além disso, continua, “o retorno financeiro também pode não ser imediato”.

# Bezerra só aprova imposto com reforma

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) considera um erro aprovar o imposto sobre combustíveis, o chamado “imposto verde”, isolado de uma ampla reforma tributária. Ele revelou que admite inclusive não seguir a orientação da liderança do seu partido, que defende a aprovação, quando o assunto for apreciado no Senado.

Enquanto o líder do PMDB, o senador Jader Barbalho (PA), defende a aprovação justificando que o imposto já está previsto no Orçamento da União para 1999, Fernando Bezerra só admite votar a favor da criação do “imposto verde” se o



Bezerra disse que projeto em tramitação na Câmara deve ser apreciado urgentemente

novo tributo fizer parte de uma ampla reforma tributária:

– Sei da necessidade de recursos para a recuperação das estradas,

para a infra-estrutura, mas em hipótese nenhuma, mesmo sendo uma proposta do partido, votarei qualquer tipo de imposto, a não ser que ele venha no bojo de uma reforma tributária que mude completamente esse modelo que aí está.

Na opinião do senador, a reforma tributária deverá desonerar a produção e tributar o consumo, para possibilitar o crescimento da economia do país. Bezerra também defende a ampliação da base de contribuição: “O projeto que já está tramitando na Câmara dos Deputados precisa ser discutido e votado o mais rapidamente possível”.

# Jonas critica proposta de taxar exportação agrícola

A idéia do governo de taxar as exportações de produtos agrícolas recebeu críticas do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Para o senador, a iniciativa não vai trazer nenhuma vantagem ao Brasil.

Segundo Jonas, a medida agravará ainda mais a situação dos exportadores agrícolas, prejudicados durante o período em que o real ficou atrelado ao dólar. Ele afirma que a desvalorização do real também não trouxe tantos benefícios como tem sido anunciado pelo governo:

– Foi acrescentada a valorização do dólar no custo da produção. Por exemplo, o adubo e o defensivo que ele compra e o juro que ele paga são geralmente em dólar. Portanto, o agricultor não está ganhando como o governo está pensando – esclareceu.

Apesar de reconhecer que a desvalorização do real não é vantajosa para países como a Argentina, que exportam para o Brasil, Jonas Pinheiro defende medidas alternativas que não prejudiquem nem os países do Mercosul nem os produtores brasileiros. “Por exemplo,



Jonas lembrou que elevação do dólar também trouxe prejuízos aos produtores

nós temos um programa chamado Proex, que financia a exportação com juro mais baixo. O que não pode é os produtores e os consumidores brasileiros bancarem a economia da Argentina.”

# Geraldo Cândido sugere renegociação da dívida

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) defende a renegociação das dívidas dos estados em condições mais favoráveis, que permitam o seu pagamento. Ele frisou, em entrevista, que os estados estão à beira da falência e que, sem um acordo com o governo federal, os serviços públicos correm o risco de piorar ainda mais:

– Nós temos que pressionar o governo federal para que aceite a renegociação da dívida. Os governadores estão querendo renegociar. Pagar, sim, mas em outros patamares – afirmou.

Geraldo Cândido disse que o Legislativo deve lutar pelo estímulo à economia brasileira oferecendo projetos que incentivem o crescimento dos estados e os investimentos na indústria e na agropecuária.



Cândido acha que governo federal deve ser forçado a aceitar a renegociação

A retomada do crescimento econômico dos estados, segundo o senador, é que poderá gerar empregos, “acabando com essa mazela social que é o desemprego”.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

7h – Saúde Todo Dia – Atividade: Hidroginástica para gestantes  
7h30 – Especial Unip – Assunto: Pediatria – 2ª parte  
8h – Saúde Todo Dia – Atividade: Futebol Feminino  
8h30 – Especial – Show com Gilberto Gil  
9h – Cores do Brasil – Em destaque, Linha Verde da Bahia  
9h30 – Entrevista – O senador Luiz Estevão fala da Reforma Tributária e do Imposto Verde  
10h – Cores do Brasil – São Luiz do Maranhão  
10h30 – Saúde Todo Dia – Hidroginástica para gestantes  
11h – Especial Unip – Psicoterapia – 2ª parte  
11h30 – Espaço Cultural – Espetáculo “Os chores”, gravado em 26/01/99

12h30 – Entrevista – O senador Luiz Estevão fala da reforma tributária e do “imposto verde”  
13h – Cores do Brasil – Bahia  
13h30 – China – Último capítulo: “A morada das deidades”  
14h30 – Despedida dos senadores: Josaphat Marinho, Gilberto Miranda e Joel de Hollanda  
19h – Palestra – O poder da comunicação  
20h – Cores do Brasil – Espírito Santo  
20h30 – Entrevista – O senador Luiz Estevão fala da reforma tributária e do “imposto verde”  
21h – Cores do Brasil – João Pessoa  
21h15 – China – Último capítulo – “A morada das deidades”  
22h – Cores do Brasil – São Luiz do Maranhão.  
22h30 – Especial Unip – Assunto: Pediatria – 2ª parte  
23h – Especial – Fernando Cesar Mesquita entrevista o senador Ronaldo Cunha Lima  
0h – Cores do Brasil – Dendê da Bahia



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7